

Veículo: Site Bahia Notícias	Online
Data: 27/11/2019	Caderno: Notícias



Quarta, 27 de Novembro de 2019 - 20:20

Governo reduz para R\$ 1.031 estimativa de salário mínimo para 2020



O salário mínimo para o próximo ano ficará em R\$ 1.031, de acordo com o anúncio nesta quarta-feira (27), o secretário especial de Fazenda do Ministério da Economia, Waldery Rodrigues. O valor representa redução de R\$ 8 em relação ao projeto de lei do Orçamento Geral da União do próximo ano, que previa mínimo de R\$ 1.039 para o próximo ano.

O novo valor do mínimo consta de mensagem modificativa do Orçamento de 2020 enviada hoje (26) pelo governo ao Congresso Nacional. Segundo Rodrigues, a queda da projeção se justifica pela redução das estimativas da inflação pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC) para o próximo ano.

A mensagem modificativa reduziu para 3,5% a estimativa para o INPC em 2020, meio ponto percentual a menos que a projeção de 4% que constava no projeto de lei do Orçamento. A previsão do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), usado como índice oficial de inflação, caiu de 3,9% para 3,5%.

A estimativa de crescimento para a economia, em contrapartida, aumentou de 2,17% para 2,32%. A estimativa para a cotação média do dólar no próximo ano aumentou de R\$ 3,80 para R\$ 4.

Ao anunciar a revisão das estimativas, Rodrigues destacou que a nova política para o salário mínimo só será decidida nas próximas semanas pelo presidente Jair Bolsonaro. O secretário de Fazenda, no entanto, diz que o valor servirá de referência para o Palácio do Planalto.

Veículo: O Estado de S. Paulo	
Data: 28/11/2019	Caderno: Economia



Alerta nas contas externas

Com exportações em queda e saldo comercial minguante, o alarme soa mais forte no setor externo, até há pouco tempo o lado mais firme e mais seguro da economia brasileira. O alerta é especialmente relevante num momento de grande incerteza no mercado internacional. O buraco nas transações correntes chegou a US\$ 7,9 bilhões em outubro, atingindo em 12 meses a soma de US\$ 54,8 bilhões, equivalente a 3% do Produto Interno Bruto (PIB). Nos 12 meses até setembro, o resultado negativo havia alcançado US\$ 48,9 bilhões (2,67% do PIB).

Esses dados mostram se os negócios externos são saudáveis e sustentáveis em caso de choques provenientes de fora. As transações correntes são a medida mais ampla do intercâmbio com o exterior. Por isso a sua evolução é acompanhada com atenção. Essa conta inclui a balança comercial de bens, a balança de serviços (como viagens, fretes e assistência técnica) e as balanças de rendas primárias (como lucros, dividendos e juros) e secundárias (como remessas de trabalhadores no exterior).

Quando os dólares se tornam escassos, o País pode ser forçado a enfrentar ajustes dolorosos, como já ocorreu em outros tempos. A crise argentina é um exemplo instrutivo de como o desequilíbrio externo, traduzido em crise cambial, pode impor ajustes econômicos duros e socialmente penosos. Não há risco imediato de uma situação parecida no Brasil, mas é preciso dar atenção à piora dos indicadores.

A cobertura do buraco, ainda realizada graças ao investimento direto estrangeiro, está ocorrendo com menor folga. No mês passado, entraram US\$ 6,8 bilhões sob essa rubrica, valor insuficiente para financiar o déficit de outubro. Em 12 meses, houve ingresso líquido de US\$ 79,5 bilhões, equivalentes a 4,35% do PIB estimado para o período. No período até setembro, o País havia absorvido US\$ 81,1 bilhões (4,43% do PIB). Esse tipo de investimento é o mais útil para a economia, porque reforça a atividade empresarial e é muito menos volátil que as aplicações financeiras.

O País pode ganhar com um déficit moderado em transações correntes. Quando esse déficit é coberto com financiamento estrangeiro – por meio de investimento direto –, absorve-se poupança externa e se pode investir mais em obras, máquinas e equipamentos. O resultado é um aumento do potencial produtivo.

Uma dívida externa moderada e administrada sem dificuldade é um componente importante desse quadro. O País dispõe de reservas internacionais de US\$ 369,8 bilhões, mais que suficientes para cobrir a dívida bruta. Mas o quadro tem ficado menos confortável. O saldo do comércio de bens, principal fator de segurança das transações correntes brasileiras, continuou encolhendo em outubro. O superávit comercial acumulado em dez meses ficou em US\$ 29,1 bilhões pelas contas do Banco Central (BC), bem menos que o contabilizado um ano antes (US\$ 43,5 bilhões). Na comparação anual, as exportações diminuíram 6,7% e as importações aumentaram 0,7%.

A diminuição das vendas foi significativa em outubro, quando o valor faturado, de US\$ 18,3 bilhões, foi 16,5% inferior ao de igual mês de 2018. E o resultado continuou piorando. Nas três primeiras semanas de novembro houve déficit de US\$ 430 milhões, segundo relatório do Ministério da Economia. Como complicador adicional, continuaram as saídas de recursos investidos em papéis no mercado financeiro. Com juros menores e crescimento econômico próximo de 1%, o Brasil tem-se tornado menos atrativo para os investidores financeiros.

A crise argentina explica em parte a piora do saldo comercial do Brasil. Mas nem por isso o alerta deixa de merecer atenção – até porque a excessiva dependência de um mercado é um risco importante para a indústria e para a economia do Brasil. Não se trata de negligenciar os negócios no Mercosul. Ao contrário, é preciso dinamizar o bloco. Mas é indispensável cuidar da inserção mais ampla nas cadeias internacionais de produção e comércio.

Veículo: O Globo	Online
Data: 28/11/2019	Coluna: Economia

O GLOBO

Maia estuda apresentar uma reforma administrativa

Presidente da Câmara aguarda avaliação jurídica para saber se é possível mudar regras do servidor por meio de proposta do Parlamento

Diante da decisão do governo de adiar o envio de uma proposta de reforma administrativa, que mudaria as regras para novos servidores públicos, o presidente da Câmara, Rodrigo Maia (DEM-RJ), afirmou ontem que está analisando se é possível propor esta mudança por iniciativa da Casa. Ele, que defende a necessidade de alterações nas regras do funcionalismo, também criticou o atraso das reformas por medo de manifestações. Para Maia, o que pode gerar protestos no Brasil é a concentração do Orçamento “na mão de poucos”.

Segundo o presidente da Câmara, antes de enviar proposta originada no Parlamento, é necessário avaliar se o Legislativo pode mudar as regras do funcionalismo público sem ferir a prerrogativa exclusiva do Executivo, ou seja, o princípio da separação dos Poderes.

— Em relação à reforma administrativa, a gente tem dúvida jurídica se, mesmo por emenda constitucional, pode ser emenda de parlamentar. Nós estamos fazendo um estudo aqui na Câmara, ouvindo alguns juristas até quinta (hoje) ou sexta-feira (amanhã) e depois vamos tomar uma decisão —afirmou.

Segundo Maia, será criada uma comissão especial para analisar a questão, caso não haja impedimentos constitucionais:

—Se a gente tiver clareza que a iniciativa do Parlamento não fere a Constituição, não fere a prerrogativa exclusiva do Executivo, aí nós vamos criar uma comissão especial dentro de uma PEC que já foi inclusive admitida na CCJ (Comissão de Constituição e Justiça) que trata da questão administrativa.

Na semana passada, o presidente Jair Bolsonaro pediu cautela aos integrantes da equipe econômica na construção da reforma administrativa e decidiu enviar a medida apenas em 2020. O presidente havia orientado para que a proposta fosse a “mais suave possível”. Ela prevê uma reformulação nas regras para os servidores públicos e também outras mudanças na administração pública federal.

A ala política do governo entende que enviar a proposta ao Congresso neste momento poderia gerar um desgaste muito grande e criar uma insatisfação com o Executivo, mesmo que nada seja alterado para os atuais servidores.

O ministro da Economia, Paulo Guedes, considera a reforma administrativa vital para reestruturar o tamanho do Estado brasileiro. A despesa com servidores é a segunda maior do Orçamento federal —menor apenas que os gastos com aposentadorias. Além disso, o ministro avalia que há injustiças e privilégios que precisam ser corrigidos.

Veículo: O Globo	Online
Data: 28/11/2019	Coluna: Economia

O GLOBO

Reformas, até a PEC Emergencial, ficam para 2020



Congresso Nacional. O calendário apertado também contribuiu para o adiamento do cronograma de tramitação da agenda de reformas. Câmara e Senado entram em recesso em 14 de dezembro

Proposta de emenda à Constituição que prevê corte de salário e jornada de servidores, a PEC Emergencial, a mais urgente para o ajuste fiscal, foi adiada para o ano que vem pelo Senado, em meio à decisão do governo de desacelerar o andamento das reformas defendidas pelo ministro Paulo Guedes.

Considerado o mais urgente dos projetos de ajuste fiscal encaminhados pelo governo no início de novembro, a proposta de emenda à Constituição chamada de PEC Emergencial ficou para 2020. A PEC prevê o corte de salários e jornada de trabalho de servidores, além de suspender progressões de carreiras. O anúncio foi feito ontem pela senadora Simone Tebet (MDBMS), presidente da Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) do Senado, onde o projeto começará a ser analisado.

O adiamento da PEC Emergencial vem em meio a uma decisão do governo de tirar o pé do acelerador no andamento do conjunto de reformas proposto pelo ministro da Economia, Paulo Guedes, e o ano de 2019 vai terminar apenas com as mudanças no sistema de aposentadorias aprovadas. A série de medidas defendidas pelo ministro já enviadas ao Congresso só deve andar a partir do próximo ano.

—Pelo que eu senti, não vota nenhuma PEC este ano. Menos ainda a Emergencial, que é extremamente polêmica — disse a senadora.

Além da PEC Emergencial, o governo propôs mudanças na lei trabalhista, a extinção de fundos públicos e uma série de mudanças chamadas de Pacto Federativo. Também estão na fila para serem enviadas as reformas administrativa e tributária e novas regras para privatizações.

Com receio de criar um clima que poderia dar motivos para protestos de rua — a exemplo do que vem ocorrendo em outros países da América Latina —, o governo decidiu segurar propostas mais polêmicas que mexem diretamente com servidores públicos, como a reforma

administrativa e a PEC Emergencial. A mudança na carreira dos servidores públicos só será enviada ao Congresso em 2020. O presidente da Câmara, Rodrigo Maia (DEM-RJ), criticou a decisão:

— Não é bom, porque o que pode gerar protestos no Brasil é exatamente a injusta distribuição do Orçamento público, que é concentrado na mão de poucos. As reformas reduzem essa desigualdade — disse Maia, em entrevista ao GLOBO.

O presidente da Câmara avalia que a elite dos servidores públicos é muito cara para a sociedade e não fazer a reforma administrativa, por exemplo, seria continuar como concentração de recursos:

— Quando você atrasa a reforma administrativa, você está dizendo “eu vou deixar continuar com um Estado que concentra os recursos do governo federal na mão de uma elite de servidores públicos”. (Elite) que conquistou seu direito de forma legítima, mas que hoje é muito cara para a sociedade.

Mesmo com a pressão de Maia, Guedes quer priorizar agora a chamada P EC do Pacto Federativo, que distribui mais dinheiro para estados e municípios e muda as regras do Orçamento público. A avaliação hoje é que há mais apoio — inclusive de governadores e prefeitos — para essa medida. Apesar de não haver resistência à reforma tributária na população, avalia o governo, essa proposta também tende a se arrastar ao longo do próximo ano na Câmara e no Senado.

O calendário apertado também contribui para a mudança de planos. Na reta final do ano legislativo, deputados e senadores correm para conseguir aprovar o Orçamento de 2020 antes de 14 de dezembro, quando o Congresso entra de férias. Com isso, ficaria para “Pelo que eu senti, não vota nenhuma PEC este ano. Menos ainda a Emergencial, que é extremamente polêmica”

Simone Tebet (MDB-MS), presidente da Comissão de Constituição e Justiça do Senado
“O que pode gerar protestos no Brasil é exatamente a injusta distribuição do Orçamento público, que é concentrado na mão de poucos”

Rodrigo Maia (DEM-RJ), presidente da Câmara
o próximo ano toda a agenda de reformas de Guedes. As eleições para prefeitos e vereadores no próximo ano, porém, devem tornar o cronograma ainda mais restrito, pois o Congresso tende a funcionar normalmente até junho.

O Ministério da Economia argumenta que a agenda de Guedes é de longo prazo para transformação do Estado. Por isso, uma eventual demora na sua votação não tiraria o efeito do pacote.

MP DO EMPREGO

Contudo, a MP do Emprego Verde-Amarelo, que busca incentivar contratação de trabalhadores de 18 a 29 anos — e também só deve ser votada em 2020 —, tende a ser desidratada pelo Congresso. Os parlamentares falam em retirar boa parte das mudanças na legislação trabalhista, deixando apenas o que trata do incentivo ao emprego dos jovens, como desoneração da folha.

O presidente do Senado, Davi Alcolumbre (DEM-AP), pediu um parecer técnico à consultoria legislativa sobre a MP, já que ela cria uma modalidade de emprego com regras diferenciadas para jovens e faz novas mudanças na legislação trabalhista. Entre elas, permite o trabalho aos domingos e muda regras para fiscalização e multa. Editada na semana passada, a proposta aguarda a instalação da comissão mista do Congresso para começar a tramitar.

Alcolumbre está sendo pressionado por centrais sindicais a devolver a MP ao Executivo, sob o argumento de que ela é inconstitucional. O presidente do Senado afirma ainda que nenhum parlamentar concorda com a taxa de seguro desemprego, como medida de compensação pela MP.

— Os consultores estão estudando o texto da MP para entender o que fere a legislação brasileira e o que é de competência do Executivo — disse Alcolumbre, acrescentando que terá uma solução na próxima terça-feira.

Pela proposta, os empregadores ficarão isentos da contribuição patronal para a Previdência e demais penduricalhos sobre a folha. AMP também reduza multado FGTS nas demissões de 40% para 20% e a contribuição mensal para o Fundo, de 8% para 2%. A constitucionalidade da MP também está sendo questionada no Supremo Tribunal Federal (STF) pelo partido Solidariedade. Para respaldar a decisão, a ministra Cármen Lúcia encaminhou na semana passada pedido de informações ao presidente Jair Bolsonaro e a Alcolumbre.

Veículo: O Globo	Online
Data: 28/11/2019	Coluna: Economia

O GLOBO

Reformas, até a PEC Emergencial, ficam para 2020



Congresso Nacional. O calendário apertado também contribuiu para o adiamento do cronograma de tramitação da agenda de reformas. Câmara e Senado entram em recesso em 14 de dezembro

Proposta de emenda à Constituição que prevê corte de salário e jornada de servidores, a PEC Emergencial, a mais urgente para o ajuste fiscal, foi adiada para o ano que vem pelo Senado, em meio à decisão do governo de desacelerar o andamento das reformas defendidas pelo ministro Paulo Guedes.

Considerado o mais urgente dos projetos de ajuste fiscal encaminhados pelo governo no início de novembro, a proposta de emenda à Constituição chamada de PEC Emergencial ficou para 2020. A PEC prevê o corte de salários e jornada de trabalho de servidores, além de suspender progressões de carreiras. O anúncio foi feito ontem pela senadora Simone Tebet (MDB-MS), presidente da Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) do Senado, onde o projeto começará a ser analisado.

O adiamento da PEC Emergencial vem em meio a uma decisão do governo de tirar o pé do acelerador no andamento do conjunto de reformas proposto pelo ministro da Economia, Paulo Guedes, e o ano de 2019 vai terminar apenas com as mudanças no sistema de aposentadorias aprovadas. A série de medidas defendidas pelo ministro já enviadas ao Congresso só deve andar a partir do próximo ano.

—Pelo que eu senti, não vota nenhuma PEC este ano. Menos ainda a Emergencial, que é extremamente polêmica —disse a senadora.

Além da PEC Emergencial, o governo propôs mudanças na lei trabalhista, a extinção de fundos públicos e uma série de mudanças chamadas de Pacto Federativo. Também estão na fila para serem enviadas as reformas administrativa e tributária e novas regras para privatizações.

Com receio de criar um clima que poderia dar motivos para protestos de rua — a exemplo do que vem ocorrendo em outros países da América Latina —, o governo decidiu segurar propostas mais polêmicas que mexem diretamente com servidores públicos, como a reforma administrativa e a PEC Emergencial. A mudança na carreira dos servidores públicos só será enviada ao Congresso em 2020. O presidente da Câmara, Rodrigo Maia (DEM-RJ), criticou a decisão:

— Não é bom, porque o que pode gerar protestos no Brasil é exatamente a injusta distribuição do Orçamento público, que é concentrado na mão de poucos. As reformas reduzem essa desigualdade — disse Maia, em entrevista ao GLOBO.

O presidente da Câmara avalia que a elite dos servidores públicos é muito cara para a sociedade e não fazer a reforma administrativa, por exemplo, seria continuar com a concentração de recursos:

—Quando você atrasa a reforma administrativa, você está dizendo “eu vou deixar continuar com um Estado que concentra os recursos do governo federal na mão de uma elite de servidores públicos”. (Elite) que conquistou seu direito de forma legítima, mas que hoje é muito cara para a sociedade.

Mesmo com a pressão de Maia, Guedes quer priorizar agora a chamada PEC do Pacto Federativo, que distribui mais dinheiro para estados e municípios e muda as regras do Orçamento público. A avaliação hoje é que há mais apoio —inclusive de governadores e prefeitos — para essa medida. Apesar de não haver resistência à reforma tributária na população, avalia o governo, essa proposta também tende a se arrastar ao longo do próximo ano na Câmara e no Senado.

O calendário apertado também contribui para a mudança de planos. Na reta final do ano legislativo, deputados e senadores correm para conseguir aprovar o Orçamento de 2020 antes de 14 de dezembro, quando o Congresso entra de férias. Comisso, ficaria para “Pelo que eu senti, não vota nenhuma PEC este ano. Menos ainda a Emergencial, que é extremamente polêmica”

— Simone Tebet (MDB-MS), presidente da Comissão de Constituição e Justiça do Senado
“O que pode gerar protestos no Brasil é exatamente a injusta distribuição do Orçamento público, que é concentrado na mão de poucos”

— Rodrigo Maia (DEM-RJ), presidente da Câmara
o próximo ano toda a agenda de reformas de Guedes. As eleições para prefeitos e vereadores no próximo ano, porém, devem tornar o cronograma ainda mais restrito, pois o Congresso tende a funcionar normalmente até junho.

O Ministério da Economia argumenta que a agenda de Guedes é de longo prazo para transformação do Estado. Por isso, uma eventual demora na sua votação não tiraria o efeito do pacote.

MP DO EMPREGO

Contudo, a MP do Emprego Verde-Amarelo, que busca incentivar contratação de trabalhadores de 18 a 29 anos— e também só deve ser votada em 2020 —, tende a ser desidratada pelo Congresso. Os parlamentares falam em retirar boa parte das mudanças na legislação trabalhista, deixando apenas o que trata do incentivo ao emprego dos jovens, com a desoneração da folha.

O presidente do Senado, Davi Alcolumbre (DEM-AP), pediu um parecer técnico à consultoria legislativa sobre a MP, já que ela cria uma modalidade de emprego com regras diferenciadas para jovens e faz novas mudanças na legislação trabalhista. Entre elas, permite o trabalho aos domingos e muda regras para fiscalização e multa. Editada na semana passada, a proposta aguarda a instalação da comissão mista do Congresso para começar a tramitar.

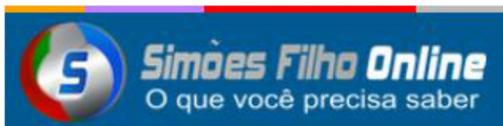
Alcolumbre está sendo pressionado por centrais sindicais a devolver a MP ao Executivo, sob o argumento de que ela é inconstitucional. O presidente do Senado afirma ainda que nenhum parlamentar concorda com a taxa do seguro desemprego, como medida de compensação pela MP.

— Os consultores estão estudando o texto da MP para entender o que fere a legislação brasileira e o que é de competência do Executivo — disse Alcolumbre, acrescentando que terá uma solução na próxima terça-feira.

Pela proposta, os empregadores ficarão isentos da contribuição patronal para a Previdência e demais penduricalhos sobre a folha. A MP também reduz o multado FGTS nas demissões de 40% para 20% e a contribuição mensal para o Fundo, de 8% para 2%.

A constitucionalidade da MP também está sendo questionada no Supremo Tribunal Federal (STF) pelo partido Solidariedade. Para respaldar a decisão, a ministra Cármen Lúcia encaminhou na semana passada pedido de informações ao presidente Jair Bolsonaro e a Alcolumbre.

Veículo: Simões Filho Online	
Data: 27/11/2016	Caderno: Notícias



MP investiga empresa suspeita de sonegar mais de R\$ 50 milhões em impostos

Da Redação Simões Filho Online

Autor: Redação



O Ministério Público do Estado da Bahia (MP-BA) deflagrou uma operação para investigar uma empresa suspeita de sonegar mais de R\$ 50 milhões aos cofres públicos. A denominada “Operação Enyo” cumpre seis mandados de busca e apreensão em Salvador, expedidos pela 1ª Vara Criminal.

Segundo o MP, a empresa estava sendo monitorada desde 2016 pelo trânsito de mercadorias e já havia sido autuada e notificada diversas vezes por conta da ausência de recolhimento de impostos das operações comerciais de armas e munições.

Atualmente, o valor da dívida é R\$ 50,12 milhões, apenas referente às operações registradas nos sistemas da Secretaria da Fazenda da Bahia (Sefaz). A quantia não reflete, de acordo com o MP, o verdadeiro montante devido pela empresa já que as saídas de mercadorias eram feitas por meio de notas fiscais emitidas manualmente, ou seja, fora do controle eletrônico da fiscalização.

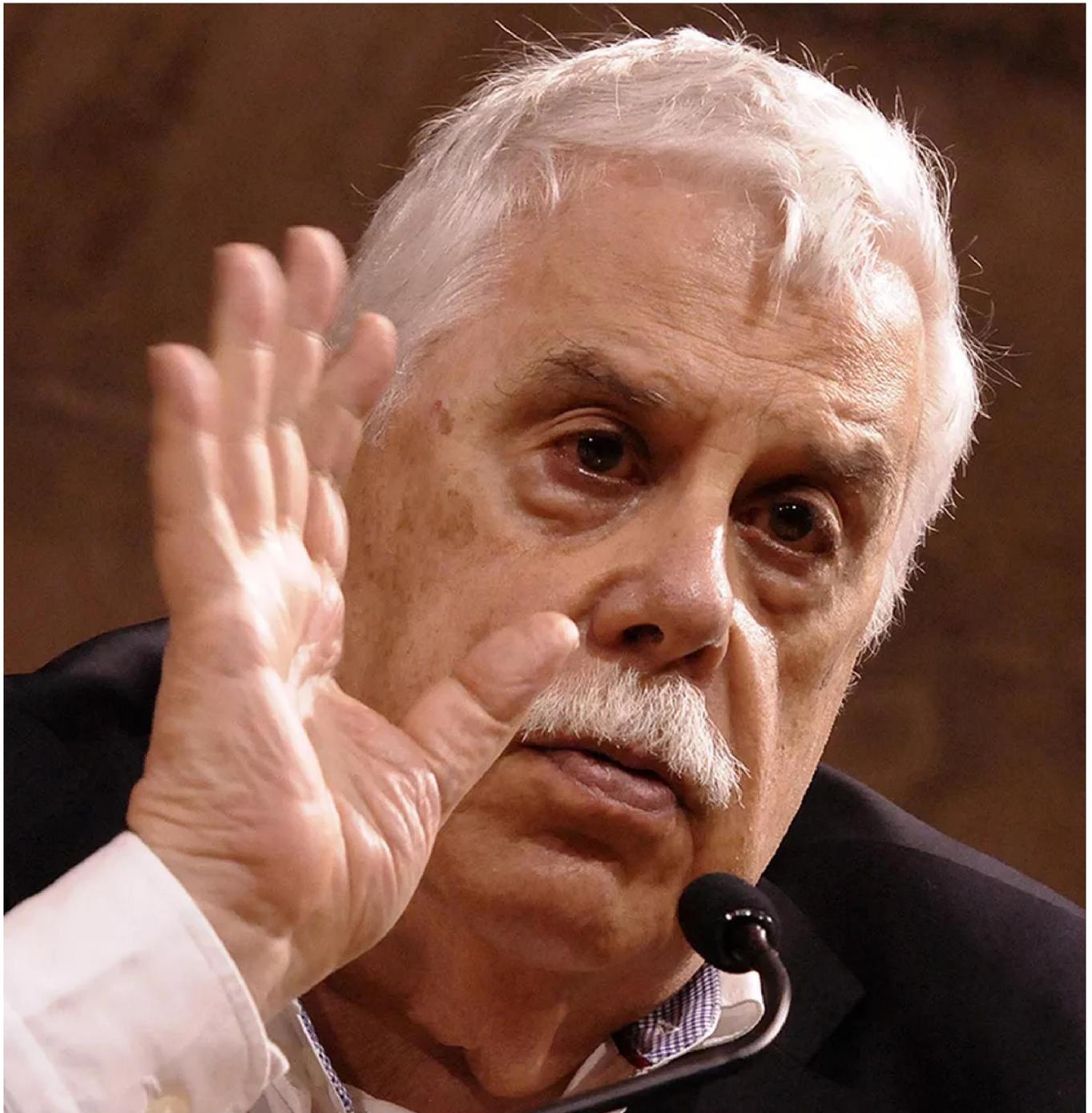
Além disso, denúncias de comercialização sem emissão de documento fiscal, mercadoria sem comprovação de origem e uso de “laranjas” pesam em desfavor da empresa.

Ficha do mercado está caindo, diz Pastore

Existem muitas forças importantes para a depreciação do real

Por **Marcelo Osakabe** — De São Paulo

28/11/2019 05h01 · Atualizado há 6 horas





Pastore: "Mercado entendeu errado a natureza do leilão da cessão onerosa" — Foto: Leo Pinheiro/Valor

O comportamento volátil do câmbio nos últimos dias, que levou o Banco Central a intervir três vezes no mercado à vista, mostra que, enfim, pode estar caindo a ficha do mercado sobre o novo padrão de comportamento do câmbio no Brasil, avalia o ex-presidente do BC Affonso Celso Pastore. Para o economista, a mensagem trazida pelos números e pelas autoridades é clara: o real não deve se apreciar tão cedo e a tendência, daqui para a frente, é de dólar a "R\$ 4,20 para mais".

Valor: *Como avalia a atuação do Banco Central no câmbio?*

Affonso Celso Pastore: Vamos olhar antes o quadro aqui dentro. Existem muitas forças importantes para a depreciação do real. O mundo está desacelerando uma pancada e, há algum tempo, o passivo externo do Brasil vem crescendo. Os preços das commodities caem, o que causa perda nos termos de troca. Só poderia haver valorização do real se houvesse grande ingresso de capital que produzisse um 'undershoot' da taxa. Mas o que estamos vendo é saída de capital. O mercado estava enganadíssimo quando achava que a reforma da Previdência ia trazer enxurrada de dólares. Da mesma forma, o mercado entendeu errado a natureza do leilão de excedentes da cessão onerosa, que desestimula a participação de estrangeiros. Então, o Brasil está enfrentando um período de enfraquecimento do real. Agora, por que a cotação dá esses pulos? Porque o mercado fica apostando na valorização da moeda por razões escatológicas.

Valor: *Faltou esforço de comunicação por parte das autoridades?*

Pastore: Tem um bando de garoto que acha que o mundo é azul e, quando vê o mundo vermelho, quer colocar a culpa em alguém - no Paulo Guedes, no [presidente Jair] Bolsonaro, no Banco Central. Existe um negócio chamado heurística, em que você pega o passado e projeta o futuro. A heurística deles era que o real sempre valorizava porque o Brasil historicamente é receptor de capital. Demoraram para perceber que o mundo hoje é diferente.

Valor: *O senhor avalia que o BC agiu corretamente ao intervir?*

Pastore: A minha impressão é que as intervenções não são exageradas e não tentam defender um nível. Pelo contrário, estão deixando o mercado funcionar. O que é preciso fazer é evitar o excesso de volatilidade, amenizar esse movimento.

Valor: *A volatilidade do câmbio não prejudica as empresas?*

Pastore: Depende. Se for uma exportadora que compra tudo em reais, é uma maravilha. Se for uma empresa com dívida lá fora, pode ocorrer o que chamamos de uma depreciação contracionista, porque afeta o seu balanço. Mas também depende da expectativa. Quando o dólar estava a R\$ 3,90, tinha gente achando que ia a R\$ 3,60 e quem achava que ia para R\$ 4,00. Quem tomou a posição errada, não pode culpar o outro. O BC vem falando isso há muito tempo, mas tem gente que quer aprender e tem gente que não quer.

Conteúdo Publicitário

Links patrocinados por **taboola**

LINK PATROCINADO

CALÇA SARJA FLARE DETALHE FRONTAL
MOBONLINE.COM.BR

LINK PATROCINADO

Bolsa Feminina de Mão Textura Marisa
POR R\$ 55,99 - MARISA.COM.BR

LINK PATROCINADO

Complementação Pedagógica

Governo tenta viabilizar pagamentos do FCVS

Dívidas do Fundo de Compensação de Variação Salarial, criado nos anos 80, vencem em 2027

Por Edna Simão — De Brasília

28/11/2019 05h01 · Atualizado há 6 horas

Correndo contra o tempo

Governo tem até 2027 para pagar dívida do FCVS

■ Dívida do FCVS homologada pela Caixa (novembro de 2019)

Credores	R\$ bilhões	Participação, em %
Risco União	81,1	85,80
Devedores Proer	42,15	44,59
Caixa	18,27	19,33
Emgea	10,4	11,00
FGTS	5,48	5,80
Cohabs	4,8	5,08
Outros	13,42	14
Bancos privados	4,73	5
Entes Públicos	2,83	2,99
Demais	5,86	6,20
Total	94,52	100

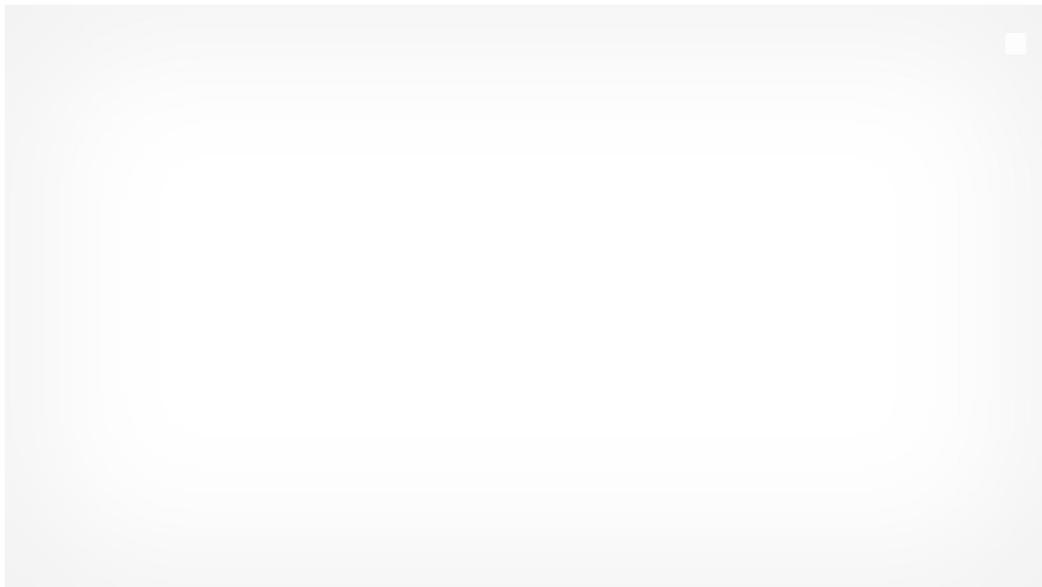
Fonte: Ministério da Economia

O governo federal avalizou os ajustes feitos pelo Congresso na Medida Provisória do FGTS para conseguir acelerar o pagamento de dívidas do Fundo de Compensação de

Variação Salarial (FCVS), que vencem em 2027, e impedir que o débito calculado em R\$ 94,5 bilhões salte para R\$ 219 bilhões. Desde 1997, esse esqueleto custou aos cofres públicos R\$ 164 bilhões.

O FCVS foi criado no período da hiperinflação dos anos 1980 para cobrir prejuízos que os bancos tinham em contratos desequilibrados de financiamentos imobiliários. Em 2000, a Lei 10.150 definiu que a União tinha o prazo máximo de 30 anos, contados a partir de janeiro de 1997, para pagamento das dívidas do FCVS por meio do processo de novação.

PUBLICIDADE



inRead invented by Teads

Além da própria União, os principais beneficiados com o acerto de contas serão os devedores do Programa de Estímulo à Reestruturação e ao Fortalecimento do Sistema Financeiro Nacional (Proer), que têm a receber R\$ 42,15 bilhões, seguidos pela Caixa Econômica Federal (R\$ 18,27 bilhões), Empresa Gestora de Ativos - Emgea (R\$ 10,4 bilhões), Fundo Garantia do Tempo de Serviço (R\$ 5,48 bilhões) e as Cohabs (R\$ 4,8 bilhões), as companhias de habitação popular.

Segundo técnicos da área econômica, o processo de novação das dívidas será destravado com a sanção da Medida Provisória 889, conhecida como MP do FGTS. Ela foi aprovada incorporando artigos que estabelecem com clareza as regras que devem ser utilizadas para o cálculo do débito. Por exemplo, havia dúvidas sobre qual índice de correção utilizar e quantas casas decimais deveriam ser aplicadas. Ficou definido que deve ser usada a Taxa Referencial (TR) e duas casas decimais.

Pela MP, o governo ainda abriu mão da apresentação de comprovação de regularidade no recolhimento das contribuições ao FCVS para contratos assinados entre 16 de junho

de 1967 a 31 de dezembro de 1977. Isso para os contratos homologados pela Caixa até 31 de dezembro de 2018.

A ideia de aproveitar a MP do FGTS para destravar os pagamentos do FCVS veio de emenda sugerida pela Associação Brasileira das Cohabs e Agentes Públicos de Habitação (ABC) ao Congresso. A área econômica viu na sugestão uma forma de conseguir acelerar o pagamento da dívida com FCVS. Então, negociou com a entidade uma nova redação, que foi incorporada à MP e aprovada pelo Congresso Nacional.

As Cohabs querem acelerar o recebimento de recursos do FCVS para quitar dívidas com o FGTS. Assim essas entidades deixarão de ser inadimplentes com o fundo de garantia e poderão ter acesso a mais recursos para financiar a construção de habitação de interesse popular.

Segundo o secretário-executivo da ABC, Nelson Szwec, o excesso de zelo na validação dos contratos paralisou as novações. Com o esclarecimento das divergências legais na MP, esse processo será destravado. "Sem os ajustes, o governo não conseguiria novar toda a dívida do FCVS até 2027", disse ele.

Segundo técnicos oficiais, a paralisia das novações eleva de forma significativa o risco fiscal da União devido, por exemplo, à possibilidade de judicialização desses processos pois os credores irão requerer pagamento do débito pelas condições contratuais originais ou risco de desenquadramento dos limites de capital de Basileia pela Caixa. A maior parte dos recursos que serão pagos pela União atende, principalmente, a empresas ligadas ao governo.

Para os técnicos, somente estes ajustes contribuirão para que grande parte das divergências legais entre credores, Caixa, Controladoria Geral da União (CGU) e Tesouro Nacional sejam sanada. No triênio de 2016 a 2018, as novações do FCVS somaram R\$ 1,552 bilhão. Somente em 2018, o orçamento para esta finalidade era de R\$ 12,5 bilhões. Com a mudança, o ritmo de execução desses recursos deve acelerar.

Mesmo com previsão orçamentária, desde 2016, a transformação de créditos a receber em títulos públicos foi praticamente paralisada por divergências com relação ao valor da dívida. O orçamento anual para novações de dívidas é de R\$ 13,5 bilhões, restando sete anos para o fim do prazo.

Estados seguem com oferta de incentivo fiscal

Para atrair empresas, governos “copiam” benefícios concedidos por unidades da federação da mesma região

Por **Marta Watanabe** — De São Paulo

28/11/2019 05h01 · Atualizado há 5 horas



George Santoro, secretário de Alagoas: na região Nordeste, a “cola” de incentivos tem sido feita de forma tranquila, sem disputa acirrada de redução de alíquotas — Foto: Silvia Zamboni/Valor

Paralelamente ao apoio a uma reforma tributária que deve eliminar os atuais tributos sobre consumo, os governos estaduais prosseguem com a oferta de incentivos fiscais do

Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS). Distrito Federal, Alagoas, Sergipe, Rio Grande do Norte e São Paulo estão entre os Estados que já estabeleceram incentivos sob a vigência da Lei Complementar (LC) 160, de 2017, que regularizou incentivos ilegais anteriores. Os alvos de incentivos são diversos. Eles vão desde a soja em grão, passando por açúcar e álcool e chegando até o incentivos a atacadistas e à implantação de indústrias. A ideia dos benefícios continua a mesma: a de atrair empresas ou garantir a competitividade de quem já produz localmente.

Ao mesmo tempo que convalidou incentivos irregulares e estabeleceu prazo de validade de até 15 anos para eles, a LC 160 permitiu o que os Estados passaram a chamar de “cola”. Ou seja, um Estado pode copiar o benefício oferecido por outro ente, desde que seja da mesma região. Isso poderá ser feito no decorrer de até 15 anos de validade dos incentivos.

No Distrito Federal, a ideia, segundo o secretário de Economia, André Clemente, é diversificar a economia da região. O governo local quer atrair indústrias diversas, principalmente de alto valor agregado, como da área de tecnologia e farmacêutica. Para isso, implantou o Emprega DF, programa dirigido tanto à produção industrial como ao comércio atacadista. O programa inclui, entre outros, crédito presumido de até 67% do ICMS sobre produtos fabricados no Distrito Federal.

No Centro-Oeste, Goiás, lembra o secretário, é reconhecido pelo grande volume de incentivos que oferece desde governos anteriores. O próprio Estado calcula em cerca de 50% da arrecadação do ICMS a renúncia com imposto, em razão de benefícios fiscais. O governo do Distrito Federal, porém, resolveu copiar os incentivos de outro vizinho.

“Fizemos a ‘cola’ dos benefícios de Mato Grosso do Sul, que são mais agressivos”, diz Clemente.

Na região Nordeste, diz George Santoro, secretário de Fazenda de Alagoas, a cola de incentivos tem sido feita de forma tranquila. Não há, segundo ele, uma disputa acirrada de redução de alíquotas, que caracterizava mais a chamada “guerra fiscal”. O colado tem ficado ciente da cola pelo próprio colador, afirma Santoro.

Foi dessa forma, conta ele, que o governo alagoano copiou o incentivo que Pernambuco dá para o setor sucroalcooleiro. O secretário explica que a tradicional produção de açúcar do Estado sempre foi voltada à exportação. Agora, porém, com a demanda menor do mercado externo, o açúcar passou a ser vendido dentro do próprio Estado. A questão é que a alíquota de ICMS, de 18%, era alta demais. Foi por isso que o Estado colou o incentivo pernambucano para cobrar imposto de 6%, como resultado de um crédito presumido.

Mais recentemente, diz Santoro, Alagoas também copiou, junto com o governo sergipano, o incentivo dado pelo Maranhão para a soja e o milho. No caso de Alagoas, o diferimento de ICMS reduz o imposto de 18% para 2% para o produtor, incentivando a produção de grãos. O Estado, diz o secretário, não tinha incentivo para a soja porque a importância tem crescimento mais recente. Segundo dados do governo alagoano, o cultivo de grãos foi retomado com mais força no Estado em 2015 e a área plantada tem se expandido em cerca de 30% ao ano.

Tanto no caso do açúcar como da soja não há renúncia fiscal, destaca. “Porque não tínhamos a venda doméstica do açúcar produzido no Estado e nem a comercialização

dos grãos. São todas arrecadações adicionais”, diz ele. O secretário destaca também que, diferentemente do que se fazia na chamada guerra fiscal, os incentivos que os Estados têm oferecido hoje com base na regra da cola são legais e não deixam os contribuintes na insegurança jurídica.

Além de colar, Alagoas também foi copiado, segundo Santoro. O Rio Grande do Norte, afirma ele, colou benefício alagoano que, por meio de crédito presumido, reduz para até 1,5% o ICMS para os centros de distribuição.

Embora mais pontuais e dentro da legalidade, alguns benefícios fiscais atuais também suscitam disputas mais acirradas. O querosene de aviação (QAV), por exemplo, foi alvo de recente disputa de alíquotas de ICMS neste ano. O estopim se deu quando o Estado de São Paulo anunciou em fevereiro a redução de 25% para 12% do ICMS sobre o querosene de aviação.

A redução poderia ser estabelecida pela cola da alíquota sobre QAV do Rio de Janeiro. Ao mesmo tempo em que enviou à Assembleia Legislativa projeto de lei nesse sentido, o governo paulista também solicitou adesão a um convênio do Confaz que já garantia anteriormente alíquotas reduzidas sobre QAV em outros Estados. Após discussão acalorada no conselho, os Estados chegaram a um acordo, estabelecendo-se pisos mínimos do ICMS sobre QAV, conforme a região ou Estado.

No início deste ano São Paulo era o único Estado que cobrava 25% de ICMS sobre o produto, a maior alíquota do país sobre QAV. Mesmo assim, a iniciativa de reduzir o imposto causou reações imediatas. À época, Santoro, de Alagoas, explicou que o movimento de São Paulo provocou uma corrida pela redução de alíquota sobre QAV entre os Estados. Isso porque, segundo ele, em razão do tamanho de sua economia, uma iniciativa do governo paulista nesse sentido traz grande impacto na organização da malha das companhias aéreas, em detrimento dos Estados menores. Com a redução do ICMS sobre QAV de São Paulo, os demais Estados também passaram a cobrar alíquotas mais baixas sobre o combustível. Alagoas, por exemplo, que no início do ano já cobrava 12%, reduziu a alíquota. A alíquota sobre QAV no Estado chega atualmente a 5%.

Antes da iniciativa do QAV, São Paulo também ofereceu no início deste ano ao setor naval isenção de ICMS na construção de corvetas, benefício também colado do Rio de Janeiro. Na época o incentivo foi estabelecido para dar maior competitividade a um consórcio integrado por estaleiro paulista em uma licitação da Marinha. A isenção paulista suscitou reação do governo pernambucano, que chegou a questionar o benefício em reunião do Confaz. A licitação foi vencida por consórcio catarinense.

Conteúdo Publicitário

Links patrocinados por **taboola**

LINK PATROCINADO

CALÇA SARJA FLARE DETALHE FRONTAL
MOBONLINE.COM.BR

LINK PATROCINADO

Complementação Pedagógica
UNYLEYA.EDU.BR

LINK PATROCINADO

Bolsa Feminina de Mão Textura Marisa
POR R\$ 55,99 - MARISA.COM.BR

LINK PATROCINADO

Mala de Viagem Grande com Rodas 360 Rígida Cannes Preto Day By Day
R\$ 239,99 - LEPOSTICHE.COM.BR

LINK PATROCINADO

Macaquinho Alfaiataria Overlap
R\$ 149,90 - LAMANDINNE.COM.BR

LINK PATROCINADO

Teste das almas velhas: quando a sua nasceu?
HOWSTUFFWORKS

Veja em Valor Investe
